

SESSÃO DE LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DO 1.º INQUÉRITO SOBRE A
LITERACIA FINANCEIRA DE EMPRESÁRIOS DE MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS E OS DESAFIOS DA COVID-19 EM PORTUGAL – 2021

Intervenção da Senhora Presidente da ASF, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar, na Sessão de Lançamento do Relatório do 1.º Inquérito sobre a Literacia Financeira de Empresários de Micro e Pequenas Empresas e os Desafios da COVID-19 em Portugal – 2021

Lisboa, 18 de julho de 2021

Museu do Dinheiro

▪ Muito bom dia a todos.

Cumprimento todos os presentes, em especial o Senhor Ministro da Economia e do Mar, Doutor António Costa Silva.

Saúdo também o Senhor Vice-Governador do Banco de Portugal, Dr. Luís Máximo dos Santos, a Senhora Administradora do Banco de Portugal, Professora Ana Paula Serra, e o Senhor Administrador da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Dr. Rui Pinto.

Por último, cumprimento a equipa do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, na pessoa da sua Subdiretora, Dra. Rita Bessone Basto, cuja parceria com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros permitiu a realização do inquérito em Portugal que deu origem ao relatório que hoje nos traz aqui.

Gostaria de sublinhar o valor que o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros atribui ao trabalho conjunto realizado com o Ministério da Economia e do Mar.

- Minhas senhoras e meus senhores.

O Inquérito sobre a Literacia Financeira de Empresários de Micro e Pequenas Empresas e os Desafios da COVID-19 em Portugal, realizado em 2021, constitui um exercício de comparação internacional promovido pela presidência italiana do G20, com base num questionário da Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE.

Com este exercício, o G20 e a OCDE pretendem avaliar a literacia financeira dos empresários das pequenas e médias empresas e o nível de digitalização das suas empresas, aproveitando também a oportunidade para avaliar a forma como as empresas inquiridas enfrentaram os desafios da pandemia de COVID-19.

Assim, e sem prejuízo da análise dos indicadores que poderão extrair-se do relatório que resultou daquele trabalho, este tipo de instrumentos constitui um diagnóstico muito útil que poderá e deverá orientar os esforços das diversas entidades com responsabilidades diretas e indiretas na promoção da literacia financeira.

As micro e pequenas empresas representavam em 2020 cerca de 98% do número de empresas no nosso país, empregavam 52% dos trabalhadores e contribuíram com 37% para o Valor Acrescentado Bruto das empresas.

- Gerir um negócio implica, como sabemos, administrar um orçamento de forma cautelosa, eficiente e responsável e estabelecer relações com os diferentes operadores do mercado financeiro, nomeadamente com as empresas de seguros.

Estas necessidades implicam dominar matérias financeiras muito específicas, por vezes com um substancial grau de dificuldade.

Para além das opções de financiamento, um aspeto essencial decorre da necessidade de contratação de seguros.

Portugal prevê na sua legislação diversos seguros obrigatórios, na sua maioria de responsabilidade civil para diversas áreas de atividade.

No entanto, tão importante como o cumprimento da obrigação de contratar um seguro, é absolutamente essencial que os portugueses, em especial os empresários, entendam o papel que os seguros podem desempenhar no desenvolvimento do seu negócio, enquanto mecanismo de transferência do risco.

A atividade seguradora sempre esteve e está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento dos países, assumindo um papel relevante, não só para o crescimento económico, mas também para o desenvolvimento do modelo social das nossas sociedades.

Apesar de a sua real importância nem sempre ser completamente percecionada pelos agentes económicos, muitas das transações comerciais ou investimentos apenas se realizam por se encontrarem cobertos por um seguro, cujo benefício direto se concretiza quando os riscos associados se materializam.

Com efeito, os seguros garantem mecanismos de proteção e compensação de perdas face a uma multiplicidade de riscos aos quais as famílias e as empresas estão expostas, permitindo a formação e canalização de poupança para o investimento de médio e longo prazo.

- De acordo com os resultados deste inquérito, cerca de metade das micro e pequenas empresas possuem um seguro de responsabilidade civil, sendo esta cobertura a mais conhecida e contratada.

O seguro de responsabilidade civil cobre os danos causados a terceiros em virtude do exercício da atividade da empresa, sendo em alguns casos um seguro obrigatório, como já mencionei.

Os seguros multirriscos – que cobrem, para além do risco de incêndio, outros riscos relevantes, como fenómenos da natureza ou furto ou roubo – estão também na *short list* dos produtos financeiros mais conhecidos dos empresários e mais contratados pelas empresas.

Importa ainda sublinhar, no que diz respeito à gestão do risco, que a generalidade das pequenas e médias empresas entende estar em condições de fazer face, por exemplo, a um roubo de equipamento, respondendo que dispõe de meios apropriados, como seguros, fundos próprios ou verbas reservadas para emergências.

Para uma correta gestão do risco, é necessário conhecer as especificidades dos principais produtos disponíveis no mercado.

É essencial que os empresários conheçam as características do mercado segurador português, que conta com um número significativo de operadores, que disponibilizam um leque muito alargado de seguros para uma grande variedade de atividades e riscos.

Esta diversidade do lado da oferta possibilita não só uma saudável concorrência e comparação de preços, mas também a escolha do produto que mais se adequa às necessidades de cada empresa, potenciando, desta forma, a eficiência da sua atividade.

- No domínio da literacia financeira de empresários de micro e pequenas empresas há já trabalho feito, sendo disso exemplo o Referencial de Formação Financeira para empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas, desenvolvido em 2016 no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, e que resultou de um protocolo de colaboração entre o Ministério da Economia, através do IAPMEI e do Turismo de Portugal, e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Mas há ainda muito que pode e deve ser feito.

- Outro dos temas tratados no inquérito incide sobre a forma como são encaradas as necessidades ligadas à reforma.

Esta é também uma matéria à qual a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões tem dedicado especial atenção, designadamente na proteção do consumidor/investidor de poupança de longo prazo para a reforma, através de fundos de pensões e de seguros.

Sensibilizar os empresários para a adoção de hábitos de poupança, em particular ao nível da poupança de longo prazo para a reforma, é fundamental.

A literacia financeira tem aqui um lugar relevante: promover a tomada de consciência para a necessidade de poupar para o futuro, de forma a criar rendimentos complementares à pensão pública que permitam envelhecer com dignidade e segurança.

Portugal apresenta um perfil de poupança dos particulares relativamente baixo que, conjugado com as perspetivas de envelhecimento da população, nos convoca a agir em relação à adequação dos rendimentos nas idades mais avançadas.

É essencial ter presente uma função informativa e pedagógica que contribua para melhorar a literacia financeira e para desenvolver uma cultura de responsabilidade individual e coletiva, no sentido de as pessoas em geral, e os empresários em particular, se envolverem de uma forma consciente e responsável no planeamento da sua reforma.

A este respeito, os resultados do inquérito revelam que embora 73% dos inquiridos já tenha refletido sobre a forma como vai viver após a sua passagem à reforma ou quando deixar de poder trabalhar, cerca de 20% não pensou ainda com que dinheiro vai viver nessa etapa do ciclo de vida.

Embora se constate que a generalidade dos entrevistados tenha refletido sobre este assunto, tal não significa que reconheçam a importância de constituir poupança para a reforma e revelem proatividade na sua aplicação.

- Recordando que este exercício contou com a participação de 14 países, nove dos quais pertencentes ao G20, as comparações internacionais são muito favoráveis a Portugal, se considerarmos cada uma das dimensões: literacia financeira, atitudes financeiras, comportamentos financeiros e conceitos financeiros básicos.

Estes resultados são encorajadores, sem dúvida, mas não podemos esquecer os desafios que temos pela frente.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões tem vindo a sublinhar que a literacia financeira é a primeira linha de defesa do consumidor.

Esta premissa evidencia o papel indispensável da formação financeira na vida dos empresários portugueses, em especial daqueles que conduzem o seu negócio sem estarem inseridos em grandes estruturas empresariais, que normalmente dispõem de competências mais estruturadas.

É fundamental que o empresário da pequena e média empresa esteja apetrechado com competências e conhecimentos financeiros que lhe permita tomar decisões recorrendo aos produtos financeiros que mais se adequam às suas necessidades e objetivos, em particular na contratação de seguros para fazer face aos riscos a que o seu negócio está exposto.

- E termino com uma palavra de confiança no investimento continuado e sustentável que as nossas Instituições têm vindo a fazer para reforçar os níveis de literacia financeira do país, envolvendo uma pluralidade de contextos económicos e sociais e contando com uma rede capilar e extensa de parceiros.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões reitera a sua estratégia de investimento na literacia financeira, focada nos seguros e nos fundos de pensões, enquanto instrumento fundamental na proteção dos consumidores/investidores e no bom funcionamento da economia e do sistema financeiro.

Muito obrigada.